

# O “mundo offshore” como um campo: trabalho e dominação a bordo de plataformas da Bacia de Campos

*The "offshore world" as a field: domination and work on board the rigs in the Campos Basin*

Rodinele Ribeiro de Sousa\*

O presente trabalho problematizando uma dominação simbólica exercida pelos empregados da Petrobrás sobre os trabalhadores terceirizados a bordo das Unidades Marítimas de Produção de óleo e gás instaladas na Bacia de Campos. Vislumbra-se a legitimação desse fenômeno mediante consenso em torno de uma ideologia construída e reproduzida pelo discurso corporativo da Petrobrás. Embora com raízes na história das dificuldades efetivamente enfrentadas para tornar a Bacia de Campos um *locus* de afirmação simbólica da empresa, tal ideologia – caracterizada como “triumfalista” – é o que acalenta as aspirações de muitos trabalhadores a ingressarem no “mundo offshore”, assim reforçando-a.

*This paper discusses a symbolic domination exerted by employees of Petrobras over outsourced workers aboard the Offshore Oil and Gas Production Units in the Campos Basin. This phenomenon is expected to be legitimized through consensus around an ideology constructed and reproduced by the corporate discourse of Petrobras. While rooted in the historical difficulties faced to effectively make the Campos Basin a locus of symbolic affirmation of the company, such an ideology – characterized as "triumphalist" – is what nurtures the aspirations of many workers to join the "offshore world" and, by doing so, reinforces it.*

Palavras-chave: Trabalho *offshore*. Petrobrás. Bacia de Campos. Terceirização. Identidades.

Keywords: *Offshore work. Petrobras. Campos Basin. Outsourcing. Identities.*

## Apontamentos Preliminares

Neste trabalho, alude-se à dominação simbólica exercida pelos empregados da Petrobrás sobre os trabalhadores de empresas contratadas na Bacia de Campos (BC). Esse fenômeno é condicionado por uma clivagem identitária entre esses grupos, por sua vez fortemente condicionada à circulação de uma “ideologia triunfalista” alinhada ao orgulho do pertencimento ao quadro funcional da Petrobrás<sup>1</sup>.

Nesse quadro, “ideologia” é empregada enquanto produção simbólica que como tal cumpre uma

\* Graduação em Psicologia (Universidade Estácio de Sá, *campus* Campos dos Goytacazes. Mestrando em Sociologia Política. Centro de Ciências do Homem - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro /UENF – Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil

<sup>1</sup> Este trabalho está baseado na pesquisa, visando à dissertação de Mestrado, que problematizou a possibilidade de vigência de uma identidade de classe dos empregados da Petrobrás que laboram nas Unidades Marítimas de Produção de óleo e gás, instaladas na Bacia de Campos.

[...] função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (*violência simbólica*) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam [...]. (BOURDIEU, 2009b, grifo nosso).

Nesses termos, o poder simbólico apresenta-se como “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Ibidem).

Ainda no intuito de delimitar o escopo deste trabalho, é rejeitada a tese que confere objetividade à “condição de inferioridade” dos trabalhadores terceirizados (DRUCK, 1999, p. 204) enquanto “efeito” de políticas neoliberalizantes. À luz da noção bourdieusiana de dominação simbólica, à atribuição de uma identidade minoritária é discutida a possibilidade de

Os dominados [aplicarem] categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. O que pode levar a uma espécie de auto-depreciação ou até de auto-desprezo sistemáticos (...). (BOURDIEU, 2011a, p. 46).

Sendo a dominação simbólica vinculada à construção de uma identidade entre os agentes dos pólos dominante e dominado, são assumidos como pressupostos:

- i) a noção de que “sendo de natureza ideológica, [a identidade] ocupa o centro de sistemas ideológicos, a rigor seu núcleo, funcionando como uma bússola a orientar os indivíduos e os grupos em mapas cognitivos coletivamente construídos” (OLIVEIRA, R. C., 1980);
- ii) a imbricação da identidade com princípios de classificação e de valoração (DUARTE, L. F. D., 1997);
- iii) a determinação da identidade pela dialética de igualdade/diferenciação segundo os grupos sociais aos quais o sujeito encontra-se filiado (CIAMPA, 1986);
- iv) a preponderância da dimensão sociológica das comunidades frente a seu aspecto espacial, condição para adesão dos agentes a grupos “cuja base aglutinadora forma uma ideia”, não sendo sua unidade “parte imanente da vida orgânica” (KRACAUER, 2009, p. 164)<sup>2</sup>.

As plataformas de produção de óleo e gás são abordadas como indústrias de processo contínuo (IPC) à luz da tipologia estabelecida pela American Production and Inventory Control Society (APICS): são indústrias com “interrupções mínimas em qualquer corrida de produção ou entre corridas de produção [e que] exibem características de processo, tais como líquidos, fibras, pós, gases”. (FRANSOO; RUTTEN, 1994, tradução nossa).

<sup>2</sup> A dimensão espacial da comunidade teria primazia entre os grupos “cujos membros vivem juntos numa união indissolúvel”, tal qual a família e a nação (KRACAUER, 2009, p. 164).

Para o estudo do *locus* assim caracterizado, foi necessário ainda o recurso à noção de “processo de trabalho” entendida como um aspecto da “relação salarial”, noção essa oriunda da Teoria Francesa da Regulação em Aglietta (1997, p. 418 apud BRAGA, 2003, p. 33).

### ***Aspectos metodológicos***

A metodologia empregada foi fortemente condicionada pelos embarques que realizei como empregado da Petrobrás entre outubro de 2002 e abril de 2011, quando minha rotina de embarques foi interrompida intempestivamente por motivo de doença. Optei por considerar na pesquisa a plataforma onde permaneci por mais tempo trabalhando em regime *offshore*— de julho de 2003 a julho de 2006 — embora tenha tornado a embarcar na mesma por três quinzenas no decurso de 2009, em caráter eventual.

A opção pelo referencial teórico bourdieusiano me fez ver que o emprego acrítico de critérios social e “cientificamente” sancionados não só implicaria um número de trabalhadores a entrevistar, o que comprometeria a exequibilidade da pesquisa, como também reduziria o proveito a ser extraído do conhecimento do espaço onde foi isolado o objeto de estudo.

Essa vantagem reside não apenas no aprendizado, em meu caso como “nativo”, do código necessário à decifração dos indícios verbais e não verbais da posição simbolicamente dominante (BOURDIEU, 2011a, p. 45), mas ainda no fato de que conhecendo “como é a realidade de que se *abstraiu* um fragmento e o que dela se faz, [é possível] pelo menos desenhar as grandes linhas de força do espaço cuja pressão se exerce sobre o ponto considerado” (Idem, 2009a, grifos do autor).

A partir dessa compreensão, as entrevistas em profundidade adquiriram o estatuto de técnica complementar para a consecução dos objetivos da pesquisa. A seleção dos oito empregados da Petrobrás a serem entrevistados foi intencional, aí pesando os vínculos de amizade que me uniam a eles ou entre estes e aquele que escolhi como informante, cuja interlocução também adquiriu relevante estatuto metodológico.

A justificativa para tal aproximação com os agentes da pesquisa assenta em vários aspectos, dos quais destaco:

(i) a impermeabilidade da empresa à pesquisa social, evidenciada da forma mais cabal nos óbices enfrentados por vários pesquisadores que escolheram objetos a ela vinculados tais como Sales (2009, Anexo 02), Gomes (2002, p. 9) e Romão (2006, p. 19);

(ii) considerando que minha saída da plataforma escolhida como recorte espacial para a pesquisa foi conflituosa, julguei necessária a cumplicidade dos entrevistados no que respeita ao sigilo do trabalho.

À eventual objeção das exigências canônicas de distância e objetividade científicas, relembro Becker (1977, p. 131), Clifford (1998) e Velho (1999, p. 127), para quem um envolvimento com o objeto de estudo não constitui a priori um óbice à pesquisa,

sendo reconhecido o papel do conhecimento pessoal do pesquisador e a possibilidade de relativização de sua familiaridade com o objeto.

Às proposições destes respeitados autores tomei em consideração ainda Bourdieu (2009a) e seu alerta de que a prática científica exige “a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta”. Para tanto, a objetivação de minha relação com o objeto – traduzida pelo exame sistemático de seu papel na minha identidade profissional, e de meu comprometimento político e ideológico na pesquisa – foi uma condição de ruptura com a minha (pré) disposição a investir no objeto.

### ***A Ideologia Triunfalista: Eficácia, Manifestação como Fenômeno e Bases Históricas***

As peças publicitárias promovidas pela Comunicação Institucional da Petrobrás têm sido um meio privilegiado para a circulação de uma ideologia caracterizada pela recorrente afirmação da competência efetivamente forjada para a superação dos obstáculos tecnológicos à viabilização da produção na BC.

Tendo como matriz o “Orgulho de ser Petrobrás” enquanto “valor” cultivado por “pertencer a uma empresa brasileira que faz a diferença onde quer que atue, por sua história, suas conquistas e por sua capacidade de vencer desafios<sup>3</sup>”. Divulgadas em primeira mão aos empregados da Petrobrás antes de atingir o público externo mediante meios de comunicação de massa, tais produtos reafirmam a produção de petróleo na BC como um desafio tecnológico.

A eficácia desta ideologia se faz ver na reprodução dos sentimentos de pertencimento e de identificação com a empresa, legitimando discursos a bordo como “[...] estou aqui pela Petrobrás e para a Petrobrás. Para a Petrobrás porque sou empregado dela, e pela Petrobrás porque sou seu acionista”, enunciado por um supervisor de perfuração ao justificar o rigor com que julga tratar a empresa a que estão ligados os seus *subordinados* terceirizados.

No que toca ao público externo à empresa, a circulação desta ideologia reproduz a crença na indústria do petróleo, em particular a BC, como um oásis de oportunidades de trabalho, provendo legitimidade ao

[...] processo de *investimento* que leva os trabalhadores a contribuírem para a sua própria exploração pelo próprio esforço que fazem para se apropriarem do seu trabalho e das suas condições de trabalho e que os faz *apegarem-se* ao seu *ofício* (em todos os sentidos do termo) por intermédio das próprias liberdades (ínfimas

<sup>3</sup> Cf. ESTRATÉGIA CORPORATIVA. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia-corporativa/>>. Acesso em 4 jun. 2012.

muitas vezes e quase sempre ‘funcionais’) que lhe são concedidas. (BOURDIEU, 2009c, grifos do autor).

É em função dessas características que tal ideologia é caracterizada como “triumfalista”, cuja incorporação e reprodução pelos empregados da Petrobrás na BC podem ser vislumbradas no contraste entre sua identidade coletiva e a identidade dos “peões”: fenômeno com origem no papel estrutural desempenhado por empresas contratadas ainda nas fases iniciais de sua exploração, anteriormente à instalação e operação das plataformas de produção de óleo e gás na BC.

Ainda que em Leite (2009) seja perceptível o reconhecimento do conteúdo ideológico do discurso triumphalista, sua perspectiva dissimula os interesses a que ele serve, silenciando sobre a existência de distinções e diversidades existentes no interior de um coletivo situado no mesmo pólo da produção social de riquezas – a escala de análise deste trabalho. O trabalho que mais contribui para uma discussão acerca desse aspecto é aquele de Alveal Contreras (1994, p. 12), ao afirmar a significativa autonomia das elites gerenciais do Estado como operadoras do tripé de interesses (autoridade estatal e capitais privados nacional e estrangeiro) necessário à inserção do Brasil na dinâmica mundial capitalista, tese acatada por Scaletsky (2003).

Nesse aspecto, destaca-se o trabalho de Gomes (2002), com o qual convirjo em suas teses principais. Visando à investigação da identidade de uma fração específica dos trabalhadores terceirizados da BC e solidamente amparada em falas incisivas, a autora não só aponta uma clivagem entre empregados da Petrobrás e trabalhadores contratados, como evidencia ainda, a partir da década de 1990, a estruturação de uma diferenciação interna aos terceirizados:

Desempenhando tarefas que tradicionalmente eram executadas pelos petroleiros, trabalhando *sob sua supervisão*, estando em contato a todo instante, trocando informações sobre o trabalho, compreendendo e se expressando na linguagem específica do mundo do petróleo os terceirizados *da manutenção* se consideram os únicos capazes de serem elevados à condição de petroleiro. Questões como qualificação profissional, formação técnica, educação, nível sócioeconômico, são apontados como possibilitadores de acesso à identidade petroleira. Terceiros são os “arrasta-balde<sup>4</sup>” e assim continuarão a ser, pois faltam a eles os requisitos citados acima. Para *este grupo* [...] os terceiros estão todos no mesmo barco: ganham mal, desfrutam de condições salariais inferiores, usufruem do pior transporte, são intrusos neste mundo. *A distinção se dá com os petroleiros que, a todo instante, pelo modo de falar e de tratar, apontam qual o lugar de cada um.* (GOMES, 2002, p. 122, grifos nossos).

<sup>4</sup> Gomes (2002, p. 92) explicita tratar-se de expressão utilizada pejorativamente para identificar os serventes (a bordo chamados “homens de área”) que de fato trabalham com balde provido de rodízios e esfregão durante as atividades de limpeza da área industrial da plataforma. Alguns dos entrevistados por mim informaram ter sido esta sua primeira atividade na Petrobrás, como empregado concursado, na década de 80.

Essa passagem mostra que para além das diferenças em termos de poder econômico – aqui entendido como “poder de colocar a necessidade econômica à distância”<sup>5</sup>, cf. Bourdieu (2011b, p.55) – o capital simbólico é desigualmente distribuído neste *locus*, sendo a logomarca ostentada no uniforme dos empregados da Petrobrás a objetivação desta distinção.

No entanto, reduzir tal distinção a seu aspecto interacional – “o modo de falar e de tratar” – contribui para torná-la um problema legitimado social e moralmente ao enquadrá-lo em uma taxonomia jurídica: o “assédio horizontal entre trabalhadores” (TODOS SOMOS PETROLEIROS, 2012), conforme a imprensa sindical.

Em tais termos, a hierarquização é ratificada enquanto doxa mediante a assunção (nem sempre) implícita da preeminência do concursado ante o terceirizado, omitindo-se as condições ínsitas à construção social dessa distinção. A despeito dessas limitações, tais perspectivas têm o mérito de fazer ver como laivos de romantismo afirmações como “O partilhamento e enfrentamento diário do convívio *offshore* levam à criação de fortes elos de identidade com colegas da plataforma” (LEITE, 2009, p. 207).

### *As Condições Objetivas para a Identificação Distintiva*

A relevância das empresas contratadas na exploração e produção de petróleo na BC é atestada por Dias e Quaglino (1993, p. 123), os quais assinalam a contratação de firmas especializadas no exterior, em 1967, quando é implementado “o projeto de ‘perfuração submarina’”.

Enquanto o instituto da terceirização de serviços aparece na Refinaria Planalto (REPLAN, instalada em Paulínia, SP) – aqui tomada como referência em função do significado atribuído a greve aí ocorrida em 1983 (SCALETSKY, 2003) – na BC ele é questionado publicamente pela primeira vez na investigação do acidente que vitimou 34 trabalhadores a bordo da Plataforma de Enchova em 16/08/1984, quando a Petrobrás foi acusada de “ao invés de fazer um laudo técnico, [ forjar ] um laudo isentando de responsabilidades a Pozzos, *empresa norte-americana*” (LIMA, 2005, grifo nosso). Entretanto, muito anteriormente à ocorrência dessa tragédia, a própria concepção da plataforma envolvida neste grave acidente esteve sujeita às restrições tecnológicas de empresas contratadas.

Não obstante seu projeto ser de origem italiana, o gerente de sua construção relata<sup>6</sup> ter solicitado alterações nas especificações originais visando sua adequação às condições em que a plataforma seria montada pela Montreal Engenharia, no canteiro da Petrobrás instalado

<sup>5</sup> Exemplificada brilhantemente com o depoimento prestado a Pessanha (1994, p. 155), no qual um Operador (empregado da Petrobrás) compara “as posses” de seu superior imediato com as suas, e com o relato de que nos primeiros dias de embarque dos empregados da Petrobrás “se tem muita coisa prá conversar, o que se fez na terra, onde foi, o que fez e *as coisas que comprou*” (Ibidem, p. 157, grifo nosso), falas que fazem ver a pertinência da associação do gasto ostentatório à imagem pública do empregado da Petrobrás.

<sup>6</sup> Cf. Depoimento do Eng<sup>o</sup> Antonio Sérgio Pizarro Fragomeni ao projeto “Memória dos Trabalhadores Petrobrás” em 13/03/2003. Disponível em: <<http://memoria.petrobras.com.br/>>. Acesso em 29 dez. 2011.

(ainda hoje) em São Roque do Paraguaçu (distrito de Maragojipe, BA), a partir de 1979<sup>7</sup>.

O fato de a construção da plataforma de Enchova – como todas as demais – ser executada por uma empresa contratada ser abordado como algo trivial converge com a perspectiva de Dutra (1996). Segundo esse autor, as dificuldades tecnológicas ínsitas à produção *offshore* em escala mundial determinaram a emergência, a partir de 1960, de “fornecedores de serviços e equipamentos hiperespecializados” cuja competição entre si é, *a priori*, tecnológica.

Figueiredo et al. (2007) também arrolam fatores que predisporiam a exploração e produção de petróleo em alto mar à terceirização de serviços – “a variedade de tarefas altamente especializadas; a natureza sequencial e, em curto prazo, de muitas atividades; e a realização de operações em áreas distantes” – e citam como exemplo o mergulho profundo.

À luz da presença de empresas prestadoras de serviços tanto no decurso das atividades que antecederam a instalação das primeiras plataformas (fixas) quanto após sua entrada em produção, infiro que na BC foram criadas condições para uma maior tolerância à terceirização de serviços que a observada na REPLAN e, quiçá, nas demais refinarias. Esse aspecto é relevante para a compreensão das sociabilidades observadas a bordo das plataformas instaladas nessa província petrolífera e também relatadas no trabalho de Gomes (2002).

## ***Análise e Conclusão***

A análise de documentos, da transcrição de entrevistas com empregados da Petrobrás e do testemunho de lideranças sindicais, além de minhas observações de campo, indicam:

- i) o privilégio que os empregados da Petrobrás concedem àqueles que veem como seus pares na escolha de seu círculo de relações a bordo; e
- ii) o papel secundário que o processo de trabalho concede de forma objetiva – e assim contribuindo para sua naturalização – aos trabalhadores terceirizados.

Assim, faz-se ver a pertinência da polarização entre empregados da Petrobrás e os de empresas contratadas a bordo das plataformas instaladas na BC apontada por Gomes (2002).

O peso da fala dos entrevistados em tais conclusões é discutido a seguir, cabendo ressaltar que para além dos aspectos aí manifestos, sua análise representa um esforço de apreensão das relações entre os agentes, consideradas dissimuladas (*a priori* irrefletidamente) segundo as posições que eles ocupam (BOURDIEU, 2009e).

## ***Do Compartilhamento: Espaço Físico e Identidades***

Questão apontada sub-repticiamente por Pessanha (1994, p. 123) a segregação

<sup>7</sup> Marques (1982), relatando uma invenção passível de emprego nas demais plataformas fixas então em construção, associa aquelas a serem instaladas nos campos de Cherne e de Pampo às empresas Setal e Techint, esta última ainda em atividade na BC, como contratada da Petrobrás na atividade de construção e montagem.

espacial dos trabalhadores embarcados fez-se ver nas respostas dos entrevistados acerca da ocupação de seu tempo durante os intervalos entre os turnos de trabalho. Predomina a permanência nos camarotes (alojamentos), os quais já são separados conforme a empresa e/ou as atividades a que estão vinculados seus ocupantes. Dos oito entrevistados, apenas um citou a participação ocasional, após o turno de trabalho, em atividade de caráter coletivo: os cultos religiosos. Um entrevistado relatou frequentar a sala de *internet* recreativa<sup>8</sup> de uso restrito aos empregados da Petrobrás (os contratados têm uma sala semelhante em local diferente na plataforma), e outro pratica atividade física na academia existente na plataforma.

Nas entrevistas, também foi levantada uma questão acerca das pessoas a bordo consideradas como de maior afinidade, e apenas um dos entrevistados – o que relatou anteriormente a participação em cultos religiosos – citou dois trabalhadores contratados. Ressalte-se que todos os entrevistados relataram raramente manter contato com as pessoas citadas nominalmente como afins durante o período de folga, no período entre os embarques.

Um quesito específico acerca do acesso à *internet* estava manifestamente associado à verificação do privilégio que os empregados da Petrobrás possuem ante os trabalhadores terceirizados para a comunicação com o continente. Este fenômeno foi corroborado, vez que todos os entrevistados relataram preferência pelo uso de microcomputadores conectados à rede corporativa de dados em função de sua maior disponibilidade – entre o pessoal terceirizado, apenas aqueles com nível de supervisão tem este perfil de acesso. Mesmo o entrevistado que mencionou a frequência à sala da rede recreativa destinada aos empregados da Petrobrás ratificou que não a utiliza de forma contumaz.

Para além deste aspecto fenomênico, é relevante apontar o efeito indireto desta preferência pela utilização de uma mesma rede de dados, mediante identificação pessoal por senha. Assim é formado um público cujo acesso exclusivo à Comunicação Institucional da Petrobrás, por meio de seu portal na *intranet* e de seu *e-mail* corporativo, promove e reproduz os sentimentos de identidade partilhados por estes agentes. Para tanto, contribui a similaridade do conteúdo veiculado por esta mídia (propiciada pela redução dos custos de transmissão da informação) com os “fatos-ônibus [...], que não envolvem disputa, que não dividem, *que formam consenso*” (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Da superação de recordes de produção à antecipação das peças publicitárias que atingirão o público externo, a “Comunicação Institucional” põe em circulação uma ideologia que associa a Petrobrás a uma ideia naturalizada de triunfo tecnológico vinculado à BC, contribuindo assim para a manutenção da ordem simbólica identificada neste locus. Esta ideologia triunfalista serve de fundamento e legitima a distinção apontada por um dos entrevistados entre os empregados da Petrobrás e os trabalhadores terceirizados quando indagado acerca do compartilhamento do “Orgulho de ser Petrobrás”, um “valor” fomentado pela empresa. Enquanto o técnico de manutenção

<sup>8</sup> Trata-se de rede de computadores fisicamente separada da *rede corporativa* por força de segurança da informação. Possui menor quantidade de microcomputadores, sendo destinada à utilização durante os períodos de descanso entre as jornadas de trabalho.



afirma partilhar deste valor, pois “sei que estou contribuindo para o desenvolvimento do país”, o mesmo não aconteceria com os trabalhadores terceirizados:

[...] eles deveriam [ compartilhar deste orgulho ], mas não sentem porque não criam um vínculo direto, né, como a gente cria; a gente que é Petrobrás. Eles não criam um vínculo direto. Eles podem estar numa empresa hoje, podem estar em outra outro dia, embarcam em outra plataforma amanhã. Não criam uma raiz como a gente acaba criando. (Entrevista concedida em 23 ago. 2011).

Mais que uma opinião isolada, essa fala desvela uma crença compartilhada que encontra legitimidade nas estruturas objetivas do processo de trabalho a bordo da plataforma ora estudada, marcadas por um signo hierárquico.

### *Das Sociabilidades a Bordo*

As respostas obtidas dos entrevistados quando indagados sobre as situações em que lidam com trabalhadores contratados demonstram uma distinção entre os técnicos de operação e de manutenção. A fala dos técnicos de manutenção remete ao “companheirismo”, explicitamente alternativamente ao “trabalhar junto”.

Dois técnicos de manutenção com especialização em eletricidade relatou que quando contratado não havia profissionais de seu ofício na plataforma. Por esse motivo, contratados exerceram o papel de “tutores” na ocasião de seu ingresso na empresa.

A despeito de ratificar a proximidade com seus companheiros *de ofício*, um dos profissionais devotados à manutenção relatou espontaneamente que em determinado período exerceu atividade de supervisão sobre trabalhadores contratados. O último dos quatro técnicos de manutenção entrevistados demarca maior distanciamento em relação aos trabalhadores terceirizados. Em resposta à questão sobre situações em que lida com esses trabalhadores, ressalta unicamente o nome da empresa a que os mesmos estão vinculados atualmente.

Quanto aos técnicos de operação, todos os entrevistados associaram o “lidar com contratados” à “liberação de trabalhos”. Essa relação foi feita espontaneamente por três dos quatro técnicos de operação, e mediante minha indagação (indevida, em função da ansiedade da primeira entrevista) por apenas um. Congruente e complementarmente a esta primeira resposta, três destes agentes também citaram espontaneamente que o contato com trabalhadores terceirizados limita-se prioritariamente a encarregados e supervisores; dois chegaram a citar nominalmente alguns destes, *nenhum da área de manutenção*.

Estes dados apontam para uma das rotinas de trabalho aventadas espontaneamente pelos próprios técnicos de operação ante a indagação acerca da atividade que mais toma seu tempo durante o turno de trabalho. Trata-se da sistemática de “emissão de PT” (Permissão para Trabalho), a qual regulamenta a *autorização formal* para a execução de

serviços em sistemas pelos quais estes agentes são formalmente responsáveis.

Um dos técnicos de operação deixa claras as implicações ao citar este processo ao lado da atenção à “planta de processo” como o que mais lhe demanda tempo durante seu turno: trata-se de “trabalhos que estão em andamento, que a gente tem a *responsabilidade de acompanhar*”. Tal fala não só aponta a preeminência desta atividade ante àquelas ínsitas à operação da planta de processo (embora um dos entrevistados ratifique a prioridade desta). Não se trata de uma atividade isolada, visto que envolve um *planejamento* prévio a que três dos quatro entrevistados fizeram referência ao relatar as atividades demandantes de tempo no curso do turno de trabalho.

### *Processo de Trabalho e Hierarquizações*

Gomes (2002, p.122) relata a existência de uma distinção entre os trabalhadores terceirizados nas plataformas da BC baseada nas diferenças de capital escolar exigido para o desempenho de suas atividades a bordo. A escolarização dos trabalhadores da manutenção, sendo a mesma tanto para empregados da Petrobrás quanto para os das empresas contratadas – mecânica, eletroeletrônica, instrumentação industrial e automação – aproxima estes grupos e simultaneamente os afasta daqueles trabalhadores cujo processo de trabalho demanda menor capital escolar.

Esse achado da autora é congruente com a análise das entrevistas obtidas: (i) uma certa identificação entre os técnicos de manutenção empregados da Petrobrás e os demais de seu ofício, terceirizados; e (ii) na ausência de referência ao pessoal de manutenção pelos técnicos de operação quando abordam sua rotina de trabalho. Porém, mesmo entre os trabalhadores da manutenção foi identificado um traço significativo de distinção.

Os entrevistados, assim como os técnicos de operação, relataram de forma queixosa – ante o quesito sobre a ocupação de seu turno de trabalho – a demanda do que dois deles referiram-se como “burocracia”. No discurso de todos estes agentes, destaca-se a onipresença da sigla “SAP” para referir-se a um *software* utilizado em todo o Sistema Petrobrás – e, na plataforma pesquisada, privativamente por seus empregados – para a gestão integrada de controles internos.

Trata-se de um aspecto do processo de trabalho que impõe aos trabalhadores da manutenção vinculados à Petrobrás uma parcela de sua jornada de trabalho com questões de ordem gerencial. “Dar baixa nas ordens”, conforme o jargão corrente a bordo – emitido por um dos entrevistados – enseja o registro da quantidade de horas demandadas (tanto pelo próprio empregado da Petrobrás quanto pelo terceirizado que amiúde lhe acompanha) e o custo dos materiais utilizados na execução de determinado trabalho.

Essa queixa aparece entre outras que teriam reduzido a permanência do pessoal de manutenção na área operacional. A segunda mais frequente diz respeito justamente às Permissões para Trabalho (PT) referidas anteriormente, ou seja, o tempo dispendido na

expectativa da autorização formal pelos técnicos de operação (de produção, de elétrica ou de facilidades) para intervenção em equipamentos e sistemas de sua responsabilidade. Nessa rotina aparentemente banal, associada aos ditames da gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), reside uma questão sutil que faz ver aspectos estruturantes das sociabilidades a bordo.

Às Permissões para Trabalho requisitadas por pessoal das empresas contratadas de obras e reparos é concedida prioridade na sua emissão. Essa prática decorre da relevância da atividade desses trabalhadores, voltada para a conservação da integridade das instalações das plataformas (estrutura física, bombas, compressores, tubulações, válvulas e vasos submetidos a pressões internas), a qual pode ser aquilatada:

- i) teoricamente, na afirmação de que nas IPC “a produtividade depende menos do ritmo de trabalho dos operadores e é função do rendimento global das instalações” (FERRO; TOLEDO; TRUZZI, 1987, apud ARAÚJO, A. J. S., 2001, p. 12, grifo nosso), e;
- ii) empiricamente, pelas manchetes de um jornal de grande circulação nacional entre 09 e 13/08/2010<sup>9</sup>, quando a degradação de tubulações e de outros equipamentos motivou a interdição de uma das plataformas da Petrobrás instaladas na BC pela autoridade regional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela autoridade marítima brasileira (Capitania dos Portos).

Não por acaso as empresas contratadas de obras e reparos são amiúde aquelas com maior contingente de trabalhadores a bordo de boa parte das plataformas da Petrobrás na BC.

Enquanto os requisitantes<sup>10</sup> de Permissão para Trabalho de manutenção são normalmente seus próprios executantes – empregado da Petrobrás, por determinação normativa, se o trabalho envolver um grupo com pessoal dessa e terceirizados – aquelas envolvendo obras e reparos são requisitadas, *a priori*, por pessoal com nível de supervisão, responsável por vários grupos de executantes. Esse detalhe aparentemente burocrático é suficiente para explicar o fato dos técnicos de operação apontarem em suas entrevistas os encarregados ou supervisores como os terceirizados com quem mais interagem a bordo. Assim, os trabalhadores que de fato executam os serviços destinados à conservação da plataforma são abordados pelos técnicos de operação quando estes, *na condição de emitentes da Permissão para Trabalho*, verificam periodicamente o local nela consignado visando evitar a ocorrência de algum “desvio<sup>11</sup>” durante a execução do trabalho por ele autorizado.

*In fine*, os técnicos de operação, a quem é atribuída a principalidade na produção de petróleo e gás enquanto IPC, interagem com os trabalhadores terceirizados (amiúde em maioria em algumas plataformas da BC) quando efetivamente regulam seu processo

<sup>9</sup> Almeida, C.; Ordoñez, R. Fiscais veem perigo de acidente em plataforma da Petrobras e ANP fará inspeção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 ago. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/08/09/fiscais-veem-perigo-de-acidente-em-plataforma-da-petrobras-anp-fara-inspecao-917362186.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2011.

<sup>10</sup> Termo consagrado por procedimento interno da empresa, designando o trabalhador que cumpriu um rito próprio de capacitação. Similarmente, o Técnico de Operação é designado como “Emitente” da PT.

de trabalho. Atendendo a determinações normativas, fiscalizando suas atividades, interrompendo-as e comunicando seu superior imediato a eventual observância de algum “desvio”, prática que já motivou em mais de uma ocasião o desembarque intempestivo de pessoal contratado.

Essa rotina é corrente mesmo havendo a bordo empregados da Petrobrás com competência técnica para fiscalizar os serviços executados pelos trabalhadores terceirizados. Assim como um Técnico de Projeto, Construção e Montagem é conhecido e tratado a bordo como “Fiscal de Obras” por exercer tal função junto às empresas contratadas para execução de obras e reparos, um Técnico de Enfermagem exerce a fiscalização da empresa contratada para os serviços de Hotelaria, um Técnico de Logística de Transporte fiscaliza as atividades da empresa contratada para a Movimentação de Cargas (operação de guindastes e de cargas que chegam em navios à plataforma).

Cabe lembrar ainda que para além deste fenômeno imediatamente sensível, Bourdieu (2011a, p. 79) ressalta que “toda a estrutura social está presente no curso da interação, sob a forma de esquemas de percepção e de apreciação inscritos no corpo dos agentes em interação”. Essa assertiva é observável a bordo, no mostrar-se submisso ou contrariado impotente pelos trabalhadores contratados então na condição indiferenciada de “*executantes*” dos trabalhos ora objeto de autorização e ou fiscalização. Via de regra, apenas aqueles com algum cargo de supervisão (Encarregados de Obras e Reparos, Comissários de Hotelaria) e de natureza técnica (Planejadores, Supervisores de Movimentação de Cargas) mantêm relação mais estreita com os empregados da Petrobrás, sendo por estes reconhecidos por seu nome, diferentemente dos demais.

O anonimato em que permanece a grande maioria dos trabalhadores terceirizados – evocando a importância atribuída por Goffman (1988) à noção de “unicidade” do sujeito como apoio à diferenciação e estabelecimento de sua identidade pessoal – faz ver a existência de duas comunidades distintas a bordo da plataforma estudada, conclusão que julgo passível de ser extrapolada para as demais operadas pela Petrobrás na BC.

### *Os Determinantes das Mudanças no Processo de Trabalho*

Ao quesito da entrevista sobre a percepção de um instante zero em que seus respectivos processos de trabalho passaram a assimilar as ditas atribuições burocráticas, mais uma vez são percebidas diferenças entre os técnicos de operação e os de manutenção. Estes últimos associam tais mudanças à implantação do software produzido pela empresa alemã SAP (acrônimo de *System Analyse and Programmentwicklung*), não fazendo menção à ocasião de implementação desta medida (2004), mas admitindo desconhecer as motivações para seu emprego em nível corporativo.

<sup>11</sup> Trata-se de termo adotado por Sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional baseados na norma internacional OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), designando todo e qualquer comportamento que não esteja em conformidade com algum requisito normativo.

Por sua vez, as respostas dos quatro técnicos de operação são heterogêneas, mas uma análise que articule o conteúdo de suas falas com o histórico da plataforma permite identificar a convergência para um tema em comum. Embora um dos técnicos de operação entenda que sua rotina de trabalho “sempre foi assim”, limitando-se a mudança ao emprego do microcomputador para a geração das Permissões para Trabalho (anteriormente de preenchimento manual), sua resposta revela a banalidade atribuída à presença dos microcomputadores no ambiente fabril – algo historicamente vinculado a mudanças de ordem tecnológica nas IPC.

As demais respostas convergem para este aspecto. Outro técnico de operação afirmou que a ênfase, em sua rotina de trabalho, na “gestão” ou “burocracia” ocorreu “de cinco anos para cá” – datação que coincide de forma aproximada com a ocasião em que a plataforma em estudo instalava a automação de base microeletrônica (2005).

Um terceiro técnico de operação afirmou não lembrar-se das mudanças, mas afirmou que anteriormente a estas ele “acompanhava mais os equipamentos na área”, fala similar de um técnico de manutenção ao apontar os efeitos deletérios das mudanças no processo de trabalho ora em análise e que, ainda, remete à caracterização feita por Lucena (2004, p. 264) da “primeira geração de controladores de refinaria [...] feita com equipamentos pneumáticos”. Esse paradigma tecnológico foi o pioneiro das plataformas da BC, entre elas aquela ora em estudo, e para sua operação “o operador de petróleo tinha que construir em sua mente um imenso mapa da localização das centenas de válvulas e equipamentos” instalados na área operacional (Ibidem, loc. cit.).

O último técnico de operação respondeu ao mesmo quesito relatando um equívoco ocorrido durante manobra operacional por ele realizada, a qual resultou em dano material, mas que considera de alto potencial. Dessa resposta, é relevante reter:

- i) a associação (espontânea) entre a indagação (muito específica e direta sobre as mudanças que ele próprio reconhece em sua rotina de trabalho) e o que o entrevistado chamou, utilizando o jargão *offshore*, de “cagada operacional”, atribuindo a si próprio a responsabilidade por uma manobra equivocada;
- ii) embora o entrevistado não tenha precisado a data do evento relatado, sua associação com uma data significativa (resguardada para a proteção do sigilo) também remete à ocasião de instalação da automação de base microeletrônica na plataforma em estudo.

### *“Mundo Offshore” como um Campo e suas Demandas Externas*

Reconhecer a origem exterior das questões associadas por trabalhadores a bordo às mudanças ocorridas em seu processo de trabalho importa em reconhecer a grande força simbólica e capacidade econômico-burocrática dos agentes de tais injunções sobre o chamado “*mundo offshore*”. Para além dos fenômenos apontados pelos agentes,

ressalto ainda o peso da contribuição dos petroleiros no orçamento global da CUT (CARDOSO, 2003, p. 48-49).

Tais questões, aliadas às relações de força construídas no interior do próprio mundo social ora investigado, produzidas pelos agentes “para as necessidades de suas lutas práticas<sup>12</sup>” (BOURDIEU, 2004, p. 47) apontam para seu funcionamento como um “subcampo do poder econômico”, cujas pressões externas revelam-se objetivamente na forma de uma divisão do trabalho que fundamenta uma relação de dominação simbólica mantida entre os empregados da Petrobrás e os terceirizados.

A ideologia triunfalista associada à Petrobrás legitima esse fenômeno na medida em que confere a seus empregados um diferencial de capital simbólico que se faz ver na primazia autoatribuída e reconhecida tacitamente pelos trabalhadores contratados, aos quais resta uma identidade minoritária. Esse fenômeno marca as sociabilidades mantidas entre os agentes pertencentes a tais grupos, estando presente em todas as suas interações. Convirjo com a ideia de que a “construção do campo”, particularmente a objetivação e constituição dos pontos de vista em seu interior relacionados às posições de seus portadores, “constitui uma contribuição possível para a compreensão mútua dos ocupantes de diferentes posições no campo e, ao mesmo tempo [...] a supressão das diferenças de pontos de vista” (BOURDIEU, 2004, p. 45). Neste sentido, é relevante apontar que

quanto mais se avança na análise de um meio, mais se é levado a isentar os indivíduos de sua responsabilidade – o que não quer dizer que se justifique tudo o que se passa ali –, e quanto melhor se compreende como ele funciona, mais se compreende também que aqueles que dele participam são tão manipulados quanto manipuladores. Manipulam mesmo tanto melhor, bem frequentemente, quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo. (Idem, 1997, p. 21).

À medida que essa passagem levanta a candente discussão acerca da pressão imposta pela “estrutura [...] aos dois termos da relação de dominação” (Idem, 2011a, p. 85), resta justificado um esforço de apreensão das demandas externas deste campo.

### *Inserção da Petrobrás no Mercado Global e Centralidade das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)*

A percepção dos agentes ora estudados acerca das recentes mudanças em seu processo de trabalho tem como ponto em comum a centralidade adquirida pelas TIC, cuja expansão tem servido à maximização das taxas de lucro das empresas no capitalismo

<sup>12</sup> É relevante apontar o caráter substantivo da estrutura das práticas – “a incerteza e a imprecisão de que elas têm por princípio não regras conscientes e constantes, mas *esquemas práticos*, opacos a si mesmos, sujeitos a variar segundo a lógica da situação, o ponto de vista, quase sempre parcial, que ela impõe etc. Assim, os procedimentos da lógica prática são raramente absolutamente coerentes e raramente absolutamente incoerentes”. (BOURDIEU, 2009d, p. 27, grifo nosso).

contemporâneo (DUMÉNIL; LÉVY, 2003; CHESNAIS, 2003).

O SAP é um dos *softwares* do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP, Planejamento de Recursos Empresariais), destinados à gestão empresarial, que desde a década de 1990 experimentam grande crescimento nos mercados americano e europeu e que no Brasil apresenta maior demanda desde 1996 (JESUS, 2004, p. 16). Para essa autora, trata-se uma nova tendência tecnológica – a integração de informações – cuja adoção está associada à busca de vantagens competitivas, ou seja, uma demanda externa às empresas (Ibidem, p. 26).

Na Petrobrás, o processo de sua implantação foi batizado “Projeto SINERGIA”, e conforme a perspectiva do movimento sindical visava ao atendimento à “demanda crescente de integração com as aplicações existentes” (O SETOR PETRÓLEO..., 2002). Abordado em um seminário “organizado para debater propostas para o setor petróleo e a Petrobrás no Governo Lula” antes de sua posse, o discurso sindical limitou-se a apontar o suposto alto custo do *software* e questionar sua inviolabilidade, sugerindo “uma verdadeira auditoria por parte de técnicos de absoluta confiança da nova direção da Petrobrás” (Ibidem).

Vários indícios apontam para uma conexão entre a opção pelo emprego deste *software* e momentos significativos da história recente da Petrobrás. O ano apontado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), 1998 (Ibidem), como o de início do Projeto SINERGIA não apenas coincide com o primeiro aniversário do fim do monopólio da empresa no setor, mas também com um período marcado pelo início dos processos de fusão entre as empresas petrolíferas em nível internacional (BOSCO, 2003b).

Nesse sentido, não parece fortuito o fato de 1998 ser apontado por Santos (2010, p. 80) como o marco da segunda etapa da internacionalização da empresa<sup>13</sup>: indo até 2002, esse período foi caracterizado pelo início de grandes projetos e pela tomada de grandes empréstimos internacionais, diversificando seu portfólio.

Não obstante a empresa iniciar a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova York a partir de agosto de 2000, a mesma autora aponta ainda a extinção da Braspetro neste mesmo ano, seguida da criação da Área de Negócios Internacionais – “que tenía el objetivo principal de incorporar nuevas reservas y aumentar la participación del Sistema Petrobras en el mercado externo – e uma significativa evolução nos investimentos estrangeiros, de US\$4,148 bilhões em 1999 para US\$9,58 bilhões em 2005 (Ibidem, p. 84).

Esses dados evocam a harmonização das demonstrações contábeis (supostamente) necessária à globalização dos mercados. A associação entre este movimento de padronização e o *software* ora em análise pode ser estimada:

- i) pelo anúncio de que a “maior fabricante de software corporativo do mundo informou [ ... ] que a receita com *softwares*, nos padrões contábeis *International*

<sup>13</sup> Para a autora, a primeira etapa foi iniciada com a criação da subsidiária Braspetro, em 1972, visando à negociação de *joint ventures* no exterior para suprir o mercado interno de derivados de petróleo; a terceira etapa começa “a partir de 2003, conel inicio del gobierno Lula” (SANTOS, op. cit., p. 84).

*Financial Reporting Standards*<sup>14</sup> (IFRS), cresceu” surpreendentemente no primeiro trimestre de 2012, “dadas as incertezas macroeconômicas” do período (BURGER, 2012);

- ii) pela ênfase que a própria SAP dá na divulgação comercial de um de seus aplicativos, que “permite gerenciar os complexos procedimentos [que tratam] dos controles internos, da maior divulgação das informações, da criação do comitê de auditoria e da independência dos auditores<sup>15</sup>”, quesitos exigidos pela lei Sarbanes-Oxley<sup>16</sup>.

### *Demandas pela Automação de Processos de Trabalho*

Os Técnicos de Operação não associam diretamente as queixas acerca da “burocracia” em seu processo de trabalho – derivada, por sua vez, de seu envolvimento com o gerenciamento do processo de trabalho dos trabalhadores terceirizados – com a automação de base microeletrônica, instalada na plataforma em estudo em 2005, ainda que a análise de suas falas vislumbre uma relação entre estes fenômenos.

O padrão tecnológico anterior – de sistemas analógicos de vertente eletrônica – já havia concentrado os controles das IPC em painéis deslocados da área produtiva, conforme Lucena (2004, p. 268. A justificativa para este *upgrade* seria a maior facilidade e rapidez na “alimentação de computadores aptos a, partindo de modelos matemáticos, simular as reações e demais operações envolvidas com dados reais e em tempo real” e a integração com computadores de apoio gerencial (TEIXEIRA, 1992).

No caso, ora em estudo, tais recursos se traduzem na possibilidade de acesso a dados de processo em tempo real a partir de uma base de operações da empresa no continente, mediante um Sistema de Gerenciamento de Dados de Processo (*Process Information Management Systems*, PIMS). Essa flexibilidade (termo aqui empregado não fortuitamente) está conectada diretamente à faceta mais visível do paradigma tecnológico vigente: a execução de intervenções remotas no processo produtivo, a partir da sala de controle, mediante um monitor de vídeo similar a qualquer outro utilizado em conjunto com um microcomputador de uso doméstico.

Trata-se da Estação de Supervisão e Controle (ESC), composta por um microcomputador rodando um sistema operacional similar a qualquer outro disponível no mercado (via de regra o Windows®), e um *software* específico – o “supervisor” – que provê, mediante uma interface gráfica pretensamente amigável, as funções necessárias à operação e supervisão dos sistemas de controle e segurança da plataforma em tempo real.

<sup>14</sup> Normas internacionais de demonstração financeira, em tradução livre – emanadas da International Accounting Standards Board (IASB).

<sup>15</sup> Cf. *SAP ERP FINANCIALS*: conformidade com Sarbanes-Oxley. Disponível em: <<http://www.sap.com/brazil/solutions/business-suite/erp/financials/sox.epx>>. Acesso em 05 out. 2012.

<sup>16</sup> Diploma legal norte-americano aprovado em 2002 com o fito de “proteger os investidores, melhorando a exatidão e confiabilidade das divulgações corporativas efectuadas em conformidade com leis de valores mobiliários, e para outros fins. (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, tradução nossa).”



Em alguns casos previstos na programação do sistema, ele é capaz de tomar decisões e mediante o terminal de vídeo (interface homem-máquina, IHM), comunicar o ocorrido e a medida adotada, cabendo ao técnico de operação acatá-la ou não mediante uso de um singelo *mouse*.

Quando Pessanha (1994) desenvolveu sua pesquisa, os então chamados operadores de produção das plataformas da BC eram divididos em quatro especialidades (óleo, gás, utilidades de elétrica e utilidades de sistema), e resistiam a injunções da alta direção da empresa a tornarem-se "polivalentes" e atuarem em todas estas áreas. Essa medida estaria articulada à "decisão de se projetar sistemas cada vez mais automatizados que [ incorporariam ] os conhecimentos do processo, até então presentes no operador" (Ibidem, p. 180). Entretanto, o autor alerta que "o novo tipo de trabalho exige sempre e com maior velocidade a tomada de decisões" (Ibidem, p. 184).

Assim, urge ratificar o caráter ilusório da suposição de que a adoção de paradigmas reconhecidos como tecnologicamente mais avançados implicam em uma rotina operacional desprovida de anormalidades. A descrição de Ferreira e Iguti (1996, p. 23 et. seq.) das atividades dos operadores da Refinaria Presidente Bernardes, instalada em Cubatão, SP (RPBC, pertencente ao parque de refino da Petrobrás), aponta a importância crucial da fidedignidade dos indicadores exibidos pelas IHM (similares às ESC, mas à época da pesquisa das autoras ainda analógicos), que podem ser mascarados por panes em instrumentos de medição. Convém ainda lembrar que

[...] o caráter aleatório e imprevisível de alguns eventos é uma característica intrínseca aos sistemas tecnológicos complexos com suas interações não-lineares, aquelas que, em geral, não são previstas no projeto original de tais sistemas. (PERROW, 1984 apud FIGUEIREDO et al., 2007).

Outrossim,

[...] o que as análises ergonômicas demonstram é que esses processos são marcados por um alto grau de variabilidade e de incerteza, sobretudo as unidades antigas, nas quais a degradação é um traço freqüente. (DUARTE, F; VIDAL, M., 2000 apud FIGUEIREDO et al., op. cit.).

Um exemplo real de falibilidade da tecnologia descrita acima foi uma ocorrência de significativa repercussão: o adernamento, a 13/10/2002, do FPSO P-34, então ancorado no campo de Barracuda (mas atualmente no campo de Jubarte, na costa do Espírito Santo). Naquela ocasião, o sistema elétrico que alimentava o instrumento responsável pelo controle do sistema de lastro da embarcação (que controla sua flutuabilidade) entrou em pane. Em tal situação, os técnicos de operação desconheciam o grau de abertura das válvulas que controlam a vazão de fluidos necessária à flutuação. Um deslocamento descontrolado de fluidos para um dos lados do navio causou sua

inclinação, o que foi traduzido na nota oficial da empresa nos seguintes termos:

[...] uma concepção inadequada do projeto que alimenta a parte elétrica dos painéis que controlam as válvulas, localizadas no fundo dos tanques de carga e lastro na unidade, aliada a uma lógica inadequada da programação do sistema de controle automático das válvulas. (ADERNOU..., 2002, p.34).

Essas observações são relevantes por se tratarem de contraponto a três representações amiúde difundidas que legitimam as mudanças no processo de trabalho dos técnicos de operação, repercutindo nas sociabilidades a bordo das plataformas instaladas na BC. São elas:

i. a de “que a ‘estabilidade auto-regulatória das tecnologias de controle digital’ levariam a ‘tender a zero a intervenção humana’”, desvalorizando a (ainda) fundamental “sensibilidade do operador para antecipar problemas” (CASTRO; GUIMARÃES, 1991, p. 58 apud DRUCK, 1999, p. 65);

ii. “se prevê na supervisão dos sistemas cada vez mais sofisticados, trabalhadores com funções cada vez mais passivas e desqualificadas”. (PESSANHA, 1994, p. 180); e

iii. a possibilidade de uma política de redução de efetivos, apontada por Duarte, F. (1994 apud FIGUEIREDO et al., 2007) e Pessanha (op. cit., p. 129, 141-2).

Alinhados com esses alertas, ao quesito sobre os conhecimentos que julgavam exigidos pelo padrão tecnológico vigente, os técnicos de operação e os técnicos de manutenção com especialização em instrumentação (estes últimos envolvidos por dever de ofício com a automação da plataforma) foram unânimes em afirmar a necessidade do conhecimento *físico* da planta de processos – não apenas virtual, mediante a visualização de um monitor de vídeo. Embora esse possa ser um ponto de vista interessado, cabe apontar que ele remete a um impensado social acerca do imperativo do capital escolar dos trabalhadores das IPC, aspecto candente cuja discussão não é aqui apresentada por razões de espaço.

## **Referências**

AGÊNCIA PETROBRÁS. Disponível em: <<http://www.agenciapetrobras.com.br/sobre.asp/>>. Acesso em 30 ago. 2012.

ALMEIDA, C.; ORDOÑEZ, R. Fiscais veem perigo de acidente em plataforma da Petrobras e ANP fará inspeção. *O Globo*, Rio de Janeiro, 09 ago. 2010. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2010/08/09/fiscais-veem-perigo-de-acidente-em-plataforma-da-petrobras-anp-fara-inspecao-917362186.asp>>. Acesso em: 7 jul. 2011.

ALVEAL CONTRERAS, E. C. *Os desbravadores: a Petrobrás e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / ANPOCS, 1994.

ARAÚJO, A. J. S. *Paradoxos da modernização: terceirização e segurança dos trabalhadores em uma refinaria de petróleo*. 2001. 381f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola

Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2001.

BECKER, H. S. *Uma teoria da ação coletiva*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BOSCO, F. Uma nova ordem mundial. *Petro & Química*. São Paulo, n. 252, set. 2003b. Disponível em: <[http://www.petroquimica.com.br/edicoes/ed\\_252/ed\\_252d.html](http://www.petroquimica.com.br/edicoes/ed_252/ed_252d.html)>. Acesso em 19 jun. 2012.

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009a, p. 17-58.

\_\_\_\_\_. Sobre o poder simbólico. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009b, p. 9-16.

\_\_\_\_\_. *A dominação masculina*. 10 ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

\_\_\_\_\_. Le mortsaistilevif: as relações entre a história reificada e a história incorporada. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009c, p. 75-106.

\_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2011b.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Trad. Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2009d.

\_\_\_\_\_. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: \_\_\_\_\_ *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009e, p. 59-73.

\_\_\_\_\_. *Sobre a televisão*. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. É possível um ato desinteressado? In: \_\_\_\_\_ *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 11 ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2011c, p. 137-156.

\_\_\_\_\_. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 5 ed. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRAGA, R. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003.

BURGER, L. Alemã SAP registra forte alta em vendas de software. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2012. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/noticia\\_imp.php?req=geral,alema-sap-registra-forte-alta-em-vendas-de-software,899320,0.htm](http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=geral,alema-sap-registra-forte-alta-em-vendas-de-software,899320,0.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2012.

CARDOSO, A. M. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHESNAIS, F. A 'nova economia': uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: \_\_\_\_\_ et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003, p. 43-70.

- CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Org.). *Psicologia social: o homem em movimento*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 58-75.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- CRUZ, J. L. V. Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico: notas sobre um caso regional. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, jan.-abr. 2003. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/291/boltec291c.htm>>. Acesso em 25 set. 2012.
- DIAS, J. L. M.; QUAGLINO, M. A. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV / SERINST, Petrobrás, 1993.
- DRUCK, M. G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Boitempo, 1999.
- DUARTE, L. F. D. Classificação e valor na reflexão sobre identidade social. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 69-92.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: CHESNAIS, F. et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003. p. 15-41.
- DUTRA, L. E. D. Por uma história alternativa do petróleo. In: FREITAS, M. A. V.; DUTRA, L. E. D. (Org.). *Pesquisas recentes em energia, meio ambiente e tecnologia*. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996, p. 91-114.
- FERREIRA, L. L.; IGUTI, A. M. *O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo, coletivo*. São Paulo: Scritta, 1996.
- FIGUEIREDO, M. et al. Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera *offshore* da Bacia de Campos (RJ). *Gestão & Produção*, São Carlos: UFSCar, v. 14, n. 1, p. 55-68, jan. abr. 2007.
- FRANSOO, J. C.; RUTTEN, W. G. M. M. A typology of production control situations in process industries. *International Journal of Operations & Production Management*, v. 14, n. 12, p. 47-57, jan. 1994.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, D. B. M. *Que trabalhador sou eu? Os trabalhadores terceirizados offshore do setor de manutenção da Bacia de Campos*. 2002. 137f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- JESUS, R. G. *Implantação de sistemas ERP: tecnologia e pessoas no projeto Garoto-SAP*. 2004. 140f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.
- KRACAUER, S. O grupo como portador de ideias. In: \_\_\_\_\_ *O ornamento da massa: ensaios*. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado, Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 163-190.
- LIMA, C. Entrevista: Surgente, uma história de luta e resistência. *Surgente*, Rio de

Janeiro, v. 11, n. 1042, p. 4, 25-31 ago. 2005.

LEITE, R. M. S. C. *Bandeirantes do mar: a identidade dos trabalhadores das plataformas de petróleo*. Niterói: Intertexto, 2009.

LUCENA, C. A. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

MARQUES, P. Lançado o móvel antiinflamável. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 set. 1982. Caderno Economia, p. 18. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1982/09/03/2//4201719>>. Acesso em: 17 set. 2012.

OLIVEIRA, R. C. Identidade e estrutura social. In: \_\_\_\_\_ (Dir.) *Anuário antropológico* / 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980, p. 243-263.

O SETOR PETRÓLEO E A PETROBRÁS NO GOVERNO LULA, 2002, Rio de Janeiro. *Relatório final do Seminário Nacional da Federação Única dos Petroleiros*. Rio de Janeiro: FUP, 2002.

P-34 ADERNOU por causa de falha no painel de controle. *Agência Brasil*. Brasília, 28 nov. 2002. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2002-11-28/p-34-adernou-por-caoa-de-falha-no-painel-de-controle-0>>. Acesso em 1 jul. 2011.

PESSANHA, R. M. *O trabalho offshore: inovação tecnológica, organização do trabalho e qualificação do operador de produção na Bacia de Campos*. 1994. 168f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

PIMENTEL, N. C. P. *Educação técnica e região: um estudo do CEFET Campos*. 2003. 132f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PIQUET, R. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira: o norte fluminense na era do petróleo. In: COLÓQUIO SOBRE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES, 5., 2004, La Plata. *Nuevas visiones en el inicio del siglo XXI*. Disponível em: <<http://www.royaltiesdopetroleo.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

ROMÃO, F. L. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995, a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. 524 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SALES, V. L. F. *Trabalho e reconhecimento: o caso dos profissionais offshore da indústria do petróleo na bacia de campos*. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

SANTOS, R. M. N. *Petrobras em la política exterior del gobierno Lula: una mirada desde la economía política internacional*. 2009. 241 f. Dissertação (Mestrado em Relaciones e Negociaciones Internacionales) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2010.

SCALETSKY, E. C. *O patrão e o petroleiro: um passeio pela história do trabalho na Petrobrás*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

TEIXEIRA, F. L. C. Difusão da tecnologia de base microeletrônica na indústria de processo contínuo. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 32, n. 5, nov.-dez. 1992, p. 16-26.

TODOS SOMOS PETROLEIROS. *Nascente*, Macaé, n. 746, 10 mai. 2012.

UNITED STATES OF AMERICA. Public Law 107-204, July 30th 2002. An act to protect investors by improving accuracy and reliability of corporate disclosures made pursuant to the securities laws, and for others purposes. *Weekly Compilation of Presidential Documents*, v.38, July 30, 2002. Presidential remarks and statement, Washington DC. Disponível em: <<http://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>>. Acesso em 4 dez. 2011.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

*Artigo recebido em: 14 mar. 2013*  
*Aceito para publicação em: 17 dez. 2013*